

No. 42227

**Brazil
and
Inter-American Center of Tax Administrations**

Headquarters Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Inter-American Center of Tax Administrations. Santiago, 3 April 2004

Entry into force: *12 July 2004 by notification, in accordance with article XIII*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 3 January 2006*

**Brésil
et
Centre interaméricain des administrations fiscales**

Accord de siège entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Centre interaméricain des administrations fiscales. Santiago, 3 avril 2004

Entrée en vigueur : *12 juillet 2004 par notification, conformément à l'article XIII*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 3 janvier 2006*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE SEDE ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O CENTRO INTERAMERICANO DE ADMINISTRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Centro Interamericano de Administrações Tributárias,
(doravante denominados “Partes”),

Considerando:

que o Brasil é membro-fundador do Centro Interamericano de
Administrações Tributárias;

a importância que reveste o permanente aperfeiçoamento dos
mecanismos de administração tributária, assim como o desejo comum de fortalecer
a cooperação interamericana nesse campo;

que existe ampla convergência de interesses entre as autoridades
tributárias brasileiras e o Centro Interamericano de Administrações Tributárias,
expressa na estreita cooperação que as Partes vêm ininterruptamente
desenvolvendo,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I
Definições

Para fins deste Acordo, aplicam-se as seguintes definições:

- a) o termo GOVERNO significa o Governo da República Federativa do Brasil;
- b) a expressão PAÍS-SEDE significa a República Federativa do Brasil;

- c) a expressão AUTORIDADES BRASILEIRAS significa autoridades governamentais federais, estaduais, municipais e outras autoridades governamentais competentes do país-sede;
- d) o termo CIAT significa o Escritório de Representação do Centro Interamericano de Administrações Tributárias em Brasília;
- e) o termo SEDE significa as instalações do CIAT em Brasília;
- f) o termo REPRESENTANTE significa o Representante no Brasil designado pelo Centro Interamericano de Administrações Tributárias;
- g) o termo Representante-Adjunto significa o funcionário formalmente designado pelo Centro Interamericano de Administrações Tributárias para substituir o Representante do CIAT no Brasil em seus impedimentos;
- h) o termo Membros do Pessoal CIAT significa todos os funcionários da Representação do CIAT no Brasil, com exceção do Representante e do Representante-Adjunto.

ARTIGO II

Personalidade Jurídica

O Governo reconhece que o CIAT possui personalidade jurídica e capacidade de adquirir direitos e contrair obrigações, incluindo a de celebrar contratos e acordos com pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, bem assim de adquirir e dispor de bens tangíveis e intangíveis, móveis e imóveis e, sem prejuízo dos dispositivos deste Acordo, de promover e contestar ações jurídicas, de maneira compatível com todas as demais organizações internacionais.

ARTIGO III

Instalações

1. As instalações, os arquivos, documentos e a correspondência oficial do CIAT gozarão de inviolabilidade e de imunidade à jurisdição local, salvo nos casos em que o Representante renuncie expressamente a tais privilégios.

2. O CIAT poderá:
 - a) no país-sede, possuir e usar fundos ou instrumentos negociáveis de qualquer tipo e manter e operar contas em qualquer moeda e converter qualquer moeda que possua; e
 - b) transferir seus fundos ou moeda de um país para outro ou dentro do país-sede, para qualquer indivíduo ou entidade.
3. O CIAT, seus ativos, suas rendas ou outros bens estarão isentos de todos os impostos diretos no país-sede, sejam nacionais, regionais ou locais. O CIAT estará isento de direitos aduaneiros e proibições e restrições de importar ou exportar artigos para seu uso oficial, inclusive no que se refere a veículo automotor. Os artigos importados com tais isenções não poderão ser vendidos no país-sede, exceto sob condições acordadas com o Governo.
4. As disposições do parágrafo 3 acima não se aplicam a taxas e encargos cobrados por serviços públicos pagáveis pelo CIAT.

ARTIGO IV

Autoridades, Leis e Regulamentos Aplicáveis às instalações do CIAT

1. O CIAT exerce a posse direta e o controle de suas instalações.
2. As instalações do CIAT estão sujeitas às leis e aos regulamentos do país sede.
3. O CIAT terá a faculdade de estabelecer regulamentos aplicáveis no âmbito de suas instalações, para o fim de nelas garantir as condições necessárias ao pleno desempenho de suas funções. As autoridades do país-sede serão informadas a respeito, tão logo adotados os regulamentos previstos neste parágrafo.

ARTIGO V

Proteção das Instalações do CIAT

1. O Governo garantirá a ocupação das instalações pelo CIAT, exceto nas hipóteses de sua não-utilização ou de utilização para fins diferentes daqueles considerados neste Acordo.
2. As autoridades brasileiras adotarão as medidas adequadas para garantir a segurança e a tranquilidade das instalações do CIAT.

ARTIGO VI
Comunicações

Para comunicações oficiais, o CIAT gozará de:

- a) liberdade de comunicação e vantagens não menos favoráveis que as atribuídas a qualquer organização internacional em termos de prioridade, tarifas, sobretaxas e impostos aplicáveis às comunicações; e
- b) direito de enviar e receber sua correspondência por meio de malas seladas, beneficiando-se das mesmas prerrogativas e imunidades concedidas a malas de organizações internacionais.

ARTIGO VII
Privilégios e Imunidades

1. O Representante e o Representante-Adjunto, bem assim seus respectivos cônjuges e filhos menores, desde que não tenham nacionalidade brasileira nem residam permanentemente no país-sede, gozarão dos privilégios e imunidades, isenções e facilidades concedidas, de acordo com o Direito Internacional. Gozarão, entre outros direitos, dos seguintes:

- a) inviolabilidade pessoal;
- b) imunidade de jurisdição local;
- c) inviolabilidade de todos os papéis, documentos e correspondência;
- d) isenção de impostos sobre a remuneração e emolumentos pagos por seus serviços ao CIAT;
- e) isenção de toda obrigação relativa ao serviço nacional;
- f) no que diz respeito às facilidades de câmbio, os mesmos privilégios que os funcionários de uma categoria comparável pertencente às missões diplomáticas acreditadas junto ao Governo;
- g) as mesmas imunidades e facilidades concedidas aos enviados diplomáticos com relação a suas bagagens.

2. O Representante e o Representante-Adjunto, desde que não tenham nacionalidade brasileira nem tenham residência permanente no país-sede, terão direito de:

- a) importar, livre de taxas e impostos, exceto o pagamento de serviços, sua bagagem e seus bens de uso pessoal, inclusive de seus familiares, no prazo de seis meses a contar da data de chegada no país-sede, e bens para uso pessoal, durante o período de exercício de suas funções;
 - b) importar um veículo automotor ou adquirir um veículo automotor nacional para seu uso pessoal, com as mesmas isenções normalmente concedidas aos representantes de organizações internacionais em missões oficiais de longa duração no país-sede.
3. A residência particular do Representante e do Representante-Adjunto gozará da mesma inviolabilidade e proteção que as instalações do CIAT.
4. Os demais membros do pessoal do CIAT, desde que não tenham nacionalidade brasileira nem residência permanente no país-sede, gozarão de:
- a) imunidade à jurisdição local quanto a atos e manifestações verbais ou escritas em sua capacidade oficial;
 - b) direito de importar, livre de direitos e impostos, exceto o pagamento de serviços, um veículo automotor ou adquirir um veículo automotor nacional por ocasião de sua primeira entrada em funções, no prazo de seis meses, a contar da data de chegada no país-sede, desde que o período de sua missão seja superior a doze meses;
 - c) privilégios e imunidades atribuídos ao pessoal de nível comparável de organizações internacionais estabelecidos no país-sede;
 - d) direito de importar, livre de direitos e impostos, exceto o pagamento de serviços, sua bagagem e seus bens de uso pessoal, por ocasião de sua primeira entrada em funções, no prazo de seis meses a contar da data de chegada ao país-sede.
5. O Representante, o Representante-Adjunto e o pessoal do CIAT, desde que não tenham nacionalidade brasileira nem tenham residência permanente no país-sede, terão o direito de exportar, sem o pagamento de direitos ou impostos, exceto o pagamento de serviços, ao término de suas funções no país-sede, sua mobília e seus bens de uso pessoal, inclusive automotores.
6. Os privilégios e as imunidades são concedidos unicamente no interesse do CIAT e nunca em benefício pessoal. O Representante poderá suspender a imunidade dos demais membros do pessoal do CIAT à jurisdição local sempre que, a seu juízo, esta imunidade impedir a aplicação da justiça e puder ser suspensa sem prejuízo dos interesses do CIAT.

ARTIGO VIII
Cooperação com as Autoridades Brasileiras

1. O CIAT colaborará permanentemente com as autoridades brasileiras, a fim de facilitar a boa administração da justiça, assegurar a observância das leis, dos regulamentos de segurança e prevenção de incêndios e evitar todo o abuso que possa resultar dos privilégios, das imunidades e facilidades enumeradas neste Acordo.
2. O CIAT, com relação a seus empregados que sejam nacionais ou residentes do país-sede, respeitará a legislação previdenciária que o país-sede impõe aos empregadores.

ARTIGO IX
Notificação

1. O Representante notificará ao Governo os nomes e as categorias dos membros do pessoal do CIAT, referidos neste Acordo, bem assim qualquer alteração em sua situação.
2. O Representante, em caso de ausência, notificará ao país-sede o nome de seu substituto designado.

ARTIGO X
Entrada, Saída e Circulação no País-Sede

O Representante e seu substituto designado, assim como seus respectivos cônjuges e filhos menores, e todos os demais funcionários não-brasileiros e não-residentes permanentes que prestam serviços ao CIAT poderão entrar e permanecer no território do país-sede, e dele sair, pelo período de suas missões, com o visto apropriado, quando requerido, conforme determina a legislação brasileira pertinente. O mencionado visto será concedido sem custos.

ARTIGO XI
Disposições Gerais

1. Os funcionários do CIAT têm a qualidade de funcionários internacionais.
2. De acordo com as normas e os regulamentos existentes, o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil fornecerá documentos oficiais de identificação para o Representante e demais funcionários do CIAT, indicando sua qualidade de funcionários internacionais.

ARTIGO XII
Solução de Controvérsia

Qualquer controvérsia sobre a aplicação ou interpretação das disposições deste Acordo será resolvida por negociações diretas entre o Governo e o CIAT, de acordo com o Direito Internacional.

ARTIGO XIII
Entrada em Vigor e Emendas

Este Acordo, ou qualquer emenda ao seu texto, entrará em vigor no dia seguinte àquele em que o Governo brasileiro comunicar, por escrito, ao Centro Interamericano de Administrações Tributárias, que completou seus requisitos legais internos para a entrada em vigor.

ARTIGO XIV
Denúncia

Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes, a qualquer tempo, mediante notificação por escrito, que produzirá seus efeitos após decorrido o prazo de seis meses.

ARTIGO XV
Disposições Finais

Este Acordo expirará em caso de dissolução do Centro Interamericano de Administrações Tributárias ou de transferência de sua sede para território de outro Estado.

Feito em Santiago, em 03 de abril de 2001, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Everardo de Almeida Maciel
Secretário da Receita Federal

PELO CENTRO INTERAMERICANO DE
ADMINISTRAÇÕES TRIBUTÁRIAS
Javier Echeverri
Presidente do Conselho e Diretor do CIAT

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO DE SEDE ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL CENTRO INTERAMERICANO DE
ADMINISTRACIONES TRIBUTARIAS

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Centro Interamericano de Administraciones Tributarias
(en adelante denominados “Partes”),

CONSIDERANDO:

que Brasil es miembro-fundador del Centro Interamericano de Administraciones Tributarias;

la importancia que reviste el permanente perfeccionamiento de los mecanismos de administración tributaria, así como el deseo común de fortalecer la cooperación interamericana en ese campo;

que existe amplia convergencia de intereses entre las autoridades tributarias brasileñas y el Centro Interamericano de Administraciones Tributarias, expresa en la estrecha cooperación que las Partes vienen desarrollando ininterrumpidamente;

Acuerdan lo siguiente:

ARTÍCULO I
Definiciones

Para fines de este Acuerdo, se aplican las siguientes definiciones:

- a) el término GOBIERNO significa el Gobierno de la República Federativa del Brasil;
- b) la expresión PAÍS-SEDE significa la República Federativa de Brasil;
- c) la expresión AUTORIDADES BRASILEÑAS significa autoridades gubernamentales federales, estatales, municipales y otras autoridades gubernamentales competentes del país sede;
- d) el término CIAT significa la Oficina de Representación del Centro Interamericano de Administraciones Tributarias en Brasilia;
- e) el término SEDE significa las instalaciones del CIAT en Brasilia;

- f) la expresión REPRESENTANTE significa el Representante en Brasil designado por el Centro Interamericano de Administraciones Tributarias;
- g) el termino REPRESENTANTE ADJUNTO significa el funcionario formalmente designado por el Centro Interamericano de Administraciones Tributarias para substituir el Representante del CIAT en sus impedimentos;
- h) el termino MIEMBROS DEL PERSONAL DEL CIAT significa todos los funcionarios de la Representacion del CIAT en Brasil, con excepción del Representante y del Representante Adjunto.

ARTÍCULO II Personería Jurídica

El Gobierno reconoce que el CIAT posee personería jurídica y capacidad para adquirir derechos y obligaciones, incluyendo la de celebrar contratos y acuerdos con personas físicas y jurídicas, públicas y privadas, nacionales, extranjeras e internacionales, así como también de adquirir y disponer de bienes tangibles e intangibles, muebles e inmuebles sin perjuicio de las disposiciones de este Acuerdo, de promover y responder acciones judiciales, de manera compatible con todas las demás organizaciones internacionales.

ARTÍCULO III Instalaciones

1. Las instalaciones, los archivos, documentos y la correspondencia oficial del CIAT gozarán de inviolabilidad y de inmunidad a la jurisdicción local, salvo en los casos en que el Representante renuncie expresamente a tales privilegios.
2. El CIAT podrá:
 - a) en el país sede, poseer y usar fondos o instrumentos negociables de cualquier tipo y mantener y operar cuentas en cualquier moneda y convertir cualquier moneda que posea;y
 - b) transferir sus fondos o moneda de un país a otro o dentro del país sede, para cualquier individuo o entidad.

3. El CIAT, sus activos, sus rentas u otros bienes estarán exentos de todos los impuestos directos del país sede, sean nacionales, regionales o locales. El CIAT estará exento de derechos aduaneros y prohibiciones y restricciones de importar o exportar con relación a artículos para su uso oficial, inclusive a lo que se refiere a vehículo automotor. Los artículos importados con tales exenciones no podrán ser vendidos en el país sede, excepto bajo las condiciones acordadas con el Gobierno.

4. Las disposiciones del párrafo 3 arriba mencionadas no se aplican a tasas y cargos cobrados por servicios públicos pagables por el CIAT.

ARTÍCULO IV Autoridades, Leyes y Reglamentos aplicables a las instalaciones del CIAT

1. El CIAT ejerce la posesión directa y el control de sus instalaciones.

2. Las instalaciones del CIAT están sujetas a las leyes y a los reglamentos del país sede.

3. El CIAT tendrá la facultad de establecer reglamentaciones aplicables en el ámbito de sus instalaciones, con la finalidad de garantizar en ellas las condiciones necesarias para el pleno desempeño de sus funciones. Las autoridades del país sede serán informadas al respecto, tan pronto sean adoptadas las reglamentaciones previstas en este párrafo.

ARTÍCULO V Protección de las Instalaciones del CIAT

1. El Gobierno garantizará la ocupación de las instalaciones por el CIAT, excepto en las hipótesis de su no utilización o utilización para fines diferentes de aquellos considerados en este Acuerdo.

2. Las autoridades brasileñas adoptarán las medidas adecuadas para garantizar la seguridad y la tranquilidad en las instalaciones del CIAT.

ARTÍCULO VI Comunicaciones

Para comunicaciones oficiales, el CIAT gozará de:

- a) libertad de comunicación y ventajas no menos favorables que las atribuidas a cualquier organización internacional en términos de prioridad, tarifas, sobre-tasas e impuestos aplicables a las comunicaciones; y
- b) derecho de enviar y recibir su correspondencia por medio de valijas selladas, beneficiándose de las mismas prerrogativas e inmunidades concedidas a las valijas de organizaciones internacionales.

ARTÍCULO VII Privilegios e Inmunidades

1. El Representante y el Representante Adjunto, así como sus respectivos cónyuges e hijos menores, siempre que no tengan nacionalidad brasileña ni residan permanentemente en el país-sede, gozarán de los privilegios, de las inmunidades, exenciones y facilidades concedidas, de acuerdo con el Derecho Internacional. Gozarán, entre otros derechos, de los siguientes:

- a) inviolabilidad personal;
- b) inmunidad de jurisdicción local;
- c) inviolabilidad de todos los papeles, documentos y correspondencia;
- d) exención de impuestos sobre la remuneración y emolumentos pagados por sus servicios al CIAT;
- e) exención de toda obligación relativa al servicio nacional;
- f) en lo que respecta a las facilidades de cambio, los mismos privilegios que los funcionarios de una categoría comparable pertenecientes a las misiones diplomáticas acreditadas junto al Gobierno;
- g) las mismas inmunidades y facilidades concedidas a los enviados diplomáticos con relación a sus equipajes.

2. El Representante y el Representante Adjunto, siempre que no tengan nacionalidad brasileña ni tengan residencia permanente en el país-sede, tendrán derecho de:

- a) importar, libre de tasas e impuestos, excepto el pago de servicios, su equipaje y sus bienes de uso personal, inclusive de sus familiares, en el plazo de seis meses a contar de la fecha de llegada en el país-sede, durante el período de ejercicio de sus funciones;

- b) importar un vehículo automotor o adquirir un vehículo automotor nacional para su uso personal, con las mismas exenciones normalmente concedidas a los representantes de organizaciones internacionales en misiones oficiales de larga duración en el país-sede.

3. Las residencias particulares del Representante y del Representante Adjunto gozarán de la misma inviolabilidad e protección que las instalaciones del CIAT.

4. Los demás miembros del personal del CIAT, siempre que no tengan nacionalidad brasileña ni residencia permanente en el país-sede, gozarán de:

- a) inmunidad a la jurisdicción local en cuanto a actos y manifestaciones verbales o escritas en su capacidad oficial;
- b) derecho de importar, libre de derechos e impuestos, excepto el pago de servicios, un vehículo automotor o de adquirir un vehículo automotor nacional en ocasión de su primer entrada en funciones, en el plazo de seis meses, a contar de la fecha de llegada al país sede, desde que el período de su misión sea superior a doce meses; y
- c) privilegios e inmunidades atribuidos al personal de nivel comparable de organizaciones internacionales establecidas en el país sede;
- d) derecho de importar, libre de derechos e impuestos, excepto el pago de servicios, su equipaje y sus bienes de uso personal, en ocasión de su primer entrada en funciones, en el plazo de seis meses a contar de la fecha de llegada al país-sede.

5. El Representante, el Representante Adjunto, y el personal del CIAT, siempre que no tengan nacionalidad brasileña ni residencia permanente en el país sede, tendrán el derecho de exportar, sin el pago de derechos o impuestos, excepto el pago de servicios, al término de sus funciones en el país sede, su mobiliario y sus bienes de uso personal, inclusive vehículos automotores.

6. Los privilegios y las inmunidades son concedidos únicamente en el interés del CIAT y nunca en beneficio propio. El Representante podrá suspender la inmunidad de los demás miembros del personal del CIAT a la jurisdicción local siempre que, a su juicio, esta inmunidad impida la aplicación de la justicia y pueda ser suspendida sin perjuicio de los intereses del CIAT.

ARTÍCULO VIII
Cooperación con las Autoridades Brasileñas

1. El CIAT colaborará permanentemente con las autoridades brasileñas, a fin de facilitar la buena administración de la justicia, asegurar la observancia de las leyes, de los reglamentos de seguridad y prevención de incendios y evitar todo el abuso que pueda resultar de los privilegios, de las inmunidades y facilidades enumeradas en este Acuerdo.
2. El CIAT, con relación a sus empleados que sean nacionales o residentes del país sede, respetará la legislación previsional que el país sede impone a sus empleadores.

ARTÍCULO IX
Notificación

1. El Representante notificará al Gobierno los nombres y las categorías de los miembros del personal del CIAT, referidos en este Acuerdo, así como cualquier alteración en su situación.
2. El Representante, en caso de ausencia, notificará al país sede el nombre de su sustituto designado.

ARTÍCULO X
Entrada, Salida y Circulación en el País Sede

El Representante y su sustituto designado, así como sus respectivos cónyuges e hijos menores, y todos los demás funcionarios no brasileños y no residentes permanentes que prestan servicios al CIAT podrán entrar y permanecer en el territorio del país sede, así como salir de él, por el período de sus misiones, con la visa apropiada, cuando sea requerida, conforme determina la legislación brasileña pertinente. La mencionada visa será concedida sin costos.

ARTÍCULO XI
Disposiciones Generales

1. Los funcionarios del CIAT tienen la cualidad de funcionarios internacionales.
2. De acuerdo con las normas y los reglamentos existentes, el Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Federativa del Brasil proveerá documentos oficiales de identificación para el Representante y demás funcionarios del CIAT, indicando su cualidad de funcionarios internacionales.

ARTÍCULO XII
Solución de Controversia

Cualquier controversia sobre la aplicación o interpretación de las disposiciones de este Acuerdo será resuelta por negociaciones directas entre el Gobierno y el CIAT, de acuerdo con el Derecho Internacional.

ARTÍCULO XIII
Entrada en Vigencia y Enmiendas

Este Acuerdo, o cualquier enmienda a su texto, entrará en vigencia en el día siguiente a aquel en que el Gobierno brasileño comunique, por escrito, al Centro Interamericano de Administraciones Tributarias que completo sus requisitos legales internos para la entrada en vigencia.

ARTÍCULO XIV
Denuncia

Este Acuerdo podrá ser denunciado por cualquier una de las Partes, en cualquier tiempo, mediante notificación por escrito, que producirá sus efectos después de decorrido el plazo de seis meses.

ARTÍCULO XV
Disposiciones Finales

Este Acuerdo expirará en caso de disolución del Centro Interamericano de Administraciones Tributarias o de transferencia de su sede para el territorio de otro Estado.

Hecho en 30 de abril de 2001,¹ en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL

POR EL CENTRO INTERAMERICANO DE
ADMINISTRACIONES TRIBUTARIAS

¹ Should read: Hecho en Santiago en 03 de abril de 2001 -- Devrait se lire : Hecho en Santiago en 03 de abril 2001.

[TRANSLATION - TRADUCTION]

HEADQUARTERS AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE INTER-AMERICAN
CENTER OF TAX ADMINISTRATIONS

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Inter-American Center of Tax Administrations (hereinafter referred to as "the Parties"),

Considering:

That Brazil is a founding member of the Inter-American Center of Tax Administrations;

The importance of constantly improving tax administration mechanisms, and the common wish to strengthen inter-American cooperation in that area;

That the close cooperation that the Parties have steadily developed shows an extensive convergence of interests between the Brazilian tax authorities and the Inter-American Center of Tax Administrations,

Have agreed as follows:

Article I. Definitions

For the purposes of this Agreement, the following definitions shall apply:

(a) The term "Government" shall mean the Government of the Federative Republic of Brazil;

(b) The expression "host country" shall mean the Federative Republic of Brazil;

(c) The term "Brazilian authorities" shall mean the federal, state, municipal and other competent governmental authorities of the host country;

(d) The term "ICTA" shall mean the Office of Representation of the Inter-American Center of Tax Administrations in Brasília;

(e) The term "headquarters" shall mean the ICTA facilities in Brazil;

(f) The expression "Representative" shall mean the Representative appointed in Brazil by the Inter-American Center of Tax Administrations;

(g) The term "Assistant Representative" shall mean the civil servant formally appointed by the Inter-American Center of Tax Administrations to replace the Representative of ICTA when he/she is prevented from performing his/her functions;

(h) The term "members of ICTA staff" shall mean all civil servants of the ICTA Office of Representation in Brazil, save for the Representative and the Assistant Representative.

Article II. Legal status

The Government shall acknowledge that ICTA possesses a legal personality and the capacity to have rights and obligations, including the capacity to conclude contracts and agreements with individuals and public, private, national, foreign and international legal entities; to acquire and use tangible, intangible, movable and immovable assets without prejudice to the provisions of this Agreement; and to file and respond to lawsuits, as all other international organizations.

Article III. Facilities

1. The facilities, records, documents and official correspondence of ICTA shall enjoy inviolability and immunity from local jurisdiction, save for cases in which the Representative explicitly relinquishes such privileges.

2. ICTA may:

(a) In the host country, possess and use funds or negotiable instruments of any type, maintain and operate accounts in any currency and convert any currency in its possession; and

(b) Transfer its funds or currency from one country to another or within the host country to any individual or entity.

3. ICTA and its assets, income and other property shall be exempt from all direct national, regional or local taxes in the host country. ICTA shall be exempted from customs duties and bans and restrictions on imports or exports in relation to items for its own official use, including motor vehicles. Items imported with the benefit of such exemptions may not be sold in the host country, save on terms agreed upon with the Government.

4. The provisions of paragraph 3 above shall not apply to fees and charges due for public services payable by ICTA.

Article IV. Authorities and laws and regulations applicable to the facilities of ICTA

1. ICTA shall have direct ownership and control of its facilities.

2. The facilities of ICTA shall be subject to the laws and regulations of the host country.

3. ICTA shall have the power to draw up regulations applicable to its facilities in order to ensure therein the conditions required for full performance of its role. The authorities of the host country shall be informed thereof as soon as the regulations provided for in this paragraph are adopted.

Article V. Protection of the facilities of ICTA

1. The Government shall guarantee occupancy of the facilities by ICTA, unless they are not used or are used for purposes other than those referred to in this Agreement.

2. The Brazilian authorities shall adopt appropriate measures in order to ensure security and peace in the facilities of ICTA.

Article VI. Communications

With regard to official communications, ICTA shall enjoy:

(a) Freedom of communication and advantages no less favourable than those accorded to any international organization in terms of priority, rates, surcharges and taxes applicable to communications; and

(b) The right to send and receive its correspondence by means of sealed pouches, enjoying the same prerogatives and immunities that are accorded to the pouches of international organizations.

Article VII. Privileges and immunities

1. Provided that they do not hold Brazilian citizenship nor are permanent residents in the host country, the Representative and Assistant Representative as well as their respective spouses and minor children shall enjoy the privileges, immunities, exemptions and facilities accorded, in keeping with international law. They shall inter alia enjoy the following rights:

(a) Personal immunity;

(b) Immunity from local jurisdiction;

(c) Immunity of all papers, documents and correspondence;

(d) Exemption from taxation on the salaries and emoluments paid for their services to ICTA;

(e) Exemption from any obligation of national service;

(f) With regard to foreign exchange arrangements, the same privileges that are accorded to a comparable category of civil servants belonging to the diplomatic missions accredited to the Government;

(g) The same immunities and arrangements available to members of diplomatic missions with regard to their baggage.

2. Provided that they do not hold Brazilian citizenship nor are permanent residents in the host country, the Representative and Assistant Representative shall be entitled to:

(a) Import, free of taxes and duties, except payment for services, their baggage and items for their personal use, including those of the members of their household, within a period of six months from the date of arrival in the host country, for their term of office;

(b) Import a motor vehicle or purchase locally a motor vehicle for their personal use with the benefit of the same exemptions that are usually accorded to representatives of international organizations on long-term official missions to the host country.

3. The private residences of the Representative and Assistant Representative shall enjoy the same immunity and protection as the facilities of ICTA.

4. Provided that they do not hold Brazilian citizenship nor are permanent residents in the host country, the other ICTA staff members shall enjoy:

(a) Immunity from local jurisdiction with regard to acts performed and verbal or written statements made by them in their official capacity;

(b) The right to import, free of taxes and duties, except payment for services, a motor vehicle or purchase locally a motor vehicle when they first take up their post, within a period of six months from the date of arrival in the host country, provided that the term of their mission exceeds twelve months;

(c) Privileges and immunities accorded to staff employed at a comparable level by international organizations established in the host country;

(d) The right to import, free of taxes and duties, except on payment for services, their baggage and items for their personal use, when they first take up their post, within a period of six months from the date of arrival in the host country.

5. Provided that they do not hold Brazilian citizenship nor are permanent residents in the host country, the Representative, Assistant Representative and the staff of ICTA shall be entitled to export, free of taxes and duties, except on payment for services on the termination of their duties in the host country, their baggage and items for their personal use, including motor vehicles.

6. The privileges and immunities are accorded only in the interest of ICTA and not for personal benefit. The Representative may suspend the immunity of the other ICTA staff members from local jurisdiction, provided that, in the Representative's opinion, their immunity hinders the administration of justice and may be suspended without prejudice to the interests of ICTA.

Article VIII. Cooperation with Brazilian authorities

1. ICTA shall at all times cooperate with Brazilian authorities in order to facilitate the proper administration of justice, ensure observance of the law and security and fire safety regulations and prevent any abuse that may result from the privileges, immunities and arrangements provided for in this Agreement.

2. In respect of its employees who are citizens or residents of the host country, ICTA shall observe the social security legislation to which employers are subject in the host country.

Article IX. Notification

1. The Representative shall notify the Government of the names and categories of the ICTA staff members referred to in this Agreement and of any change in their status.

2. In the event of the Representative's absence, he/she shall notify the host country of the name of his/her appointed replacement.

Article X. Entry into, exit from and movement within the host country

The Representative, his/her appointed replacement, their spouses and minor children and all other civil servants who are not Brazilian or permanent residents and provide services to ICTA may enter and stay in or leave the territory of the host country during their mission, with the appropriate visa where required, as stipulated in the applicable Brazilian legislation. The visa in question shall be granted free of charge.

Article XI. General provisions

1. The civil servants of ICTA shall have the status of international civil servants.
2. In line with existing rules and regulations, the Ministry of External Relations of the Federative Republic of Brazil shall provide official identity documents for the Representative and the other civil servants of ICTA, indicating their status as international civil servants.

Article XII. Settlement of disputes

Any dispute over the implementation or interpretation of the provisions of this Agreement shall be settled through direct negotiations between the Government and ICTA in accordance with international law.

Article XIII. Entry into force and amendments

This Agreement, or any amendment thereto, shall enter into force on the day after the day on which the Brazilian Government shall inform in writing the Inter-American Center of Tax Administrations that Brazil's legal requirements for entry into force have been fulfilled.

Article XIV. Termination

This Agreement may be terminated by either Party at any time by written notice which shall take effect after a period of six months.

Article XV. Final provisions

This Agreement shall expire in the event of dissolution of the Inter-American Center of Tax Administrations or transfer of its headquarters to the territory of another State.

Done on 03 April 2001, in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

EVERARDO DE ALMEIDA MACIEL
Secretary of the Tax Revenues

For the Inter-American Center of Tax Administrations:

JAVIER ECHEVERRI
Council President and Director of ICTA

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD DE SIÈGE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE CENTRE INTER-AMÉRICAIN DES ADMINISTRATIONS FISCALES

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Centre inter-américain des administrations fiscales (ci-après dénommés "les Parties"),

Considérant :

Que le Brésil est un membre fondateur du Centre inter-américain des administrations fiscales;

L'importance que revêt l'amélioration constante des mécanismes d'administration fiscale, ainsi que le désir commun de renforcer la coopération inter-américaine en la matière;

Qu'il existe une grande convergence d'intérêts entre les autorités fiscales brésiliennes et le Centre inter-américain des administrations fiscales, exprimée par l'étroite coopération que les Parties développent de façon continue,

Sont convenues de ce qui suit :

Article I. Définitions

Aux fins de cet Accord, les définitions suivantes prévaudront :

a) le terme "Gouvernement" signifie le Gouvernement de la République fédérative du Brésil;

b) l'expression "Pays siège" signifie la République fédérative du Brésil;

c) l'expression "Autorités brésiliennes" signifie les autorités nationales fédérées, municipales et autres pouvoirs compétents du Pays siège;

d) le terme "CIAF" signifie le Centre inter-américain des administrations fiscales à Brasília;

e) le terme "Siège" signifie les installations du CIAF au Brésil;

f) l'expression "Représentant" signifie le Représentant au Brésil désigné par le Centre inter-américain des administrations fiscales;

g) le terme "Représentant adjoint" signifie le fonctionnaire formellement désigné par le Centre inter-américain des administrations fiscales pour remplacer le Représentant du CIAF en cas d'empêchement;

h) le terme "Membre du personnel du CIAF" désigne tous les fonctionnaires du Bureau du CIAF au Brésil, à l'exception du Représentant et du Représentant adjoint.

Article II. Personnalité juridique

Le Gouvernement reconnaît au CIAF une personnalité juridique et la capacité d'acquies des droits et d'assumer toute obligation, dont la conclusion de contrats et d'accords avec

des personnes physiques ou morales, publiques ou privées, nationales, étrangères et internationales, ainsi que le droit d'acquérir et de céder des biens corporels ou incorporels, mobiliers et immobiliers sous réserve des dispositions du présent Accord, d'engager et de répondre aux poursuites en justice, d'une manière compatible avec celle de tout autre organisation internationale.

Article III. Locaux

1. Les locaux, les dossiers, documents et la correspondance officielle du CIAF jouiront des caractères d'inviolabilité et d'immunité par rapport à la juridiction locale, sauf dans les cas où le Représentant renonce expressément à ces privilèges.

2. Le CIAF pourra :

a) dans le Pays siège, détenir et user des fonds ou des instruments négociables de tout type, conserver et gérer des comptes libellés en toute devise, et convertir toute devise détenue par ses soins en tout autre devise; et

b) est libre de transférer ces fonds ou ces devises d'un pays à un autre, ou au sein du Pays siège, à destination de tout individu ou établissement.

3. Le CIAF, ses actifs, ses revenus ou autres biens, sont exemptés de tout impôt direct au sein du Pays siège, aussi bien national, régional que local. Le CIAF est également exempté des droits de douane, prohibitions et restrictions à l'importation et à l'exportation d'articles importés ou exportés par le CIAF à des fins officielles, notamment en ce qui concerne tous véhicules à moteur. Toutefois, les articles importés en vertu desdites exemptions ne pourront être vendus au sein du Pays siège, si ce n'est dans les conditions convenues avec le Gouvernement.

4. Les dispositions du paragraphe 3 susmentionné ne s'appliquent pas aux taxes et droits considérés comme étant des redevances de service public imputable au CIAF.

Article IV. Autorités, lois et règlements applicables dans les locaux du CIAF

1. Les locaux du CIAF sont placés sous le contrôle et l'autorité du CIAF.

2. Les lois et règlements du Pays siège s'appliquent aux locaux du CIAF.

3. Le CIAF a le pouvoir d'appliquer des règlements dans ses locaux, afin d'y créer des conditions propres à tout égard à l'exécution intégrale de ses fonctions. Le CIAF informe sans délai les autorités du Pays siège des règlements ainsi édictés, conformément aux dispositions du présent paragraphe.

Article V. Protection des locaux du CIAF

1. Le Gouvernement garantit que le CIAF ne sera pas dépossédé de ses locaux, si ce n'est dans l'éventualité où le Centre cesserait de les utiliser pour les utiliser à des fins différentes de celles envisagées dans le présent Accord.

2. Les autorités brésiliennes adopteront les mesures appropriées pour garantir la sécurité et la tranquillité des locaux du CIAF.

Article VI. Communications

Aux fins de communications officielles, le CIAF jouira de ce qui suit :

- a) la liberté de communication et les avantages non moins favorables que ceux concédés à toute organisation internationale, en matière de priorité, de redevance, de surcharges et de taxes applicables aux communications; et
- b) le droit d'envoyer et de recevoir sa correspondance par envoi de valises scellées, bénéficiant des mêmes prérogatives et immunités que celles concédées aux valises des organisations internationales.

Article VII. Privilèges et immunités

1. Le Représentant et le Représentant adjoint, ainsi que ses conjoints et enfants mineurs respectifs, qui ne sont ni les citoyens, ni résidents permanents du Pays siège, jouissent des privilèges et immunités, exemptions et facilités accordées, conformément au droit international. Ces personnes jouissent, entre autres droits :

- a) d'inviolabilité concernant leurs personnes;
- b) d'immunité au regard de la juridiction locale;
- c) d'inviolabilité concernant tout écrit, documents et correspondances;
- d) d'exemptions d'impôts sur les salaires et émoluments payés pour leurs services au CIAF;
- e) d'exonération de toute obligation relative au service national;
- f) en ce qui concerne les facilités de change, des mêmes privilèges que les fonctionnaires d'une catégorie comparable appartenant aux missions diplomatiques accréditées par le Gouvernement;
- g) des mêmes immunités et facilités en matière de bagages personnels que celles concédées aux agents diplomatiques.

2. Le Représentant et le Représentant adjoint, qui ne sont ni citoyens brésiliens, ni résidents permanents au Pays siège, jouissent des droits suivants :

- a) le droit d'importer, en franchise de droits douaniers et de taxes, exception faite du paiement pour services, leur mobilier et leurs effets personnels, ainsi que ceux de leur famille, dans un délai de six mois à compter de la date d'arrivée dans le Pays siège, pendant la période d'exercice de leurs fonctions;
- b) le droit d'importer un véhicule à moteur ou d'en acheter un de production nationale à des fins d'usage personnel, moyennant les mêmes exemptions de taxes et dans les mêmes conditions que celles concédées ordinairement aux représentants d'organisations internationales, en mission officielle de longue durée dans le Pays siège.

3. Les résidences personnelles du Représentant et du Représentant adjoint jouiront de la même inviolabilité et de la même protection que les installations du CIAF.

4. Les autres membres du personnel du CIAF, qui ne sont ni citoyens ni résidents permanents du Pays siège, jouiront des droits suivants :

a) d'immunité au regard de la juridiction locale concernant tout acte et manifestation orale ou écrite en leur qualité officielle;

b) du droit d'importer, en franchise de droits et de taxes, exception faite des paiements pour services, un véhicule à moteur ou d'acquérir un véhicule à moteur de production nationale au moment de leur prise de fonctions dans le Pays siège, dans la mesure où la durée de leur mission est supérieure à 12 mois; et

c) des privilèges et immunités concédés aux Représentants de niveau comparable d'organisations internationales établies dans le Pays siège;

d) du droit d'importer, en franchise de droits de douane, exception faite des paiements pour services, leur mobilier et leurs effets au moment de leur prise de fonctions dans le Pays siège, dans un délai de six mois à compter de la date d'arrivée.

5. Le Représentant, le Représentant adjoint et les membres du personnel du CIAF, qui ne sont ni citoyens brésiliens ni résidents permanents du Pays siège, sont autorisés à exporter, en franchise de droits douaniers et de taxes, exception faite du paiement pour services, à l'issue de leurs fonctions au sein du Pays siège, leur mobilier et leurs effets personnels, dont des véhicules à moteur.

6. L'octroi de privilèges et d'immunité est dans l'intérêt unique du CIAF et non pour bénéfice personnel. Le Représentant pourra suspendre l'immunité des autres membres du personnel du CIAF par rapport à la juridiction locale chaque fois que, selon lui, cette immunité empêche l'exercice de la justice et peut être suspendue sans préjudice des intérêts du CIAF.

Article VIII. Coopération avec les autorités brésiliennes

1. Le CIAF coopère, à tout moment, avec les autorités brésiliennes en vue de faciliter l'administration correcte de la justice, de garantir le respect des lois, des règlements de sécurité, la prévention des incendies et d'éviter l'abus des privilèges, immunités et facilités concédés en vertu du présent Accord.

2. Le CIAF, concernant ses employés qui sont citoyens ou résidents du Pays siège, respectera la législation prévue que le Pays siège impose à ses employés.

Article IX. Notification

1. Le Représentant notifie au Gouvernement les noms et les catégories de membres du personnel du CIAF dont il est fait référence dans le présent Accord et tous changements affectant leur statut.

2. En cas d'absence, le Représentant notifie au Pays siège le nom de son remplaçant désigné.

Article X. Entrée dans, la sortie de et circulation au sein du Pays siège

Le Représentant et son remplaçant désigné, ainsi que leur famille immédiate et tous les autres fonctionnaires qui ne sont ni citoyens brésiliens ni résidents permanents acquittant des services pour le compte du CIAF, ont toute latitude d'entrer et de séjourner sur le terri-

toire du Pays siège, ainsi que d'en sortir, pour la durée de leur mission, avec le visa correspondant, le cas échéant, conformément à la législation brésilienne en vigueur. Le visa mentionné est octroyé à titre gratuit.

Article XI. Dispositions générales

1. Les fonctionnaires du CIAF ont le statut de fonctionnaires internationaux.
2. Conformément aux consignes et règlements existants, le Ministère des relations extérieures de la République fédérative du Brésil fournit des pièces d'identité officielles aux Représentants et aux autres fonctionnaires du CIAF, sur lesquels figure leur statut d'employé international.

Article XII. Règlement de différends

Tout différend concernant l'application ou l'interprétation des dispositions du présent Accord est résolue par négociation directe entre le Gouvernement et le CIAF, conformément au droit international.

Article XIII. Entrée en vigueur et amendements

Le présent Accord, ou tout amendement aux présentes, entre en vigueur le lendemain du jour où le Gouvernement brésilien communique par écrit au Centre inter-américain des administrations fiscales que ses impératifs intérieurs propres en matière d'entrée en vigueur ont été satisfaits.

Article XIV. Dénonciation

Le présent Accord peut être dénoncé à tout moment par l'une des Parties, par voie de notification écrite, auquel cas ses effets prennent fin six mois après la date de réception de ladite notification.

Article XV. Dispositions définitives

Le présent Accord cesse d'être en vigueur en cas de dissolution du Centre inter-américain des administrations fiscales ou de transfert de son siège sur le territoire d'un autre État.

Fait à Santiago le 03 avril 2001, en deux exemplaires originaux, en langue portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :
Le Secrétaire des recettes fiscales,
EVERARDO DE ALMEIDA MACIEL

Pour le Centre inter-américain des administrations fiscales :
Le Président du Conseil et Directeur de CIAF,
JAVIER ECHEVERRI

